

CEI ouvirá Setembrino sobre obras de ponte

Sem definição oficial quanto à possibilidade de realizar uma perícia técnica — com nova sondagem — no local destinado originalmente à construção da nova ponte de Camburi, a Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Câmara Municipal de Vitória volta a reunir-se hoje para ouvir o procurador geral do Estado, Setembrino Pelissari, ex-prefeito de Vitória, e o comerciante José Antônio Neffa, um dos proprietários do Supermercado São José, cujo prédio, da filial Praia do Canto, além de ocupar a rua D. Pedro II, teria impedido que a ponte fosse construída na área pretendida.

De acordo com as informações existentes na CEI, o ex-prefeito deverá ser ouvido sobre as razões que levaram a municipalidade a autorizar a construção do supermercado no local atual, às margens do canal de Camburi, e em que condições foi acertada a obra que ocupa, inclusive, uma área destinada à rua D. Pedro II. No tocante ao comerciante, quase nada foi adiantado. Até o momento, a comissão já ouviu quatro pessoas, em três reuniões realizadas, e poucos fatos concretos sobre as razões da mudança do local, exceto a alegação da própria municipalidade, foram apurados.

E as conclusões, até o momento, não permitem identificar, por falta de informações técnicas, as possíveis irregularidades na mudança. A firma Staca, que executou a primeira sondagem, desconhecia o projeto da ponte e, portanto, não entrou em detalhes maiores. Assim, a questão dos reforços feitos pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER), quando a ponte sofreu uma ruptura, não foram observados. De acordo com detalhamento técnico da Funtec — que executou uma segunda sondagem no local, e de um engenheiro calculista, Mauro Vieira, os tubulões de base alargada não poderiam ser fixados no local pretendido inicialmente, pois a pressão do ar comprimido poderia provocar a queda das ligas metálicas que impedem o desabamento da ponte antiga.

Na verdade, o que despertou a curiosidade

dos membros da comissão foi o fato das irregularidades no leito do canal só terem sido detectadas mais de um mês depois de expedida a ordem de serviço pela municipalidade. E somente aconteceu porque o engenheiro responsável pela fiscalização da obra, conforme informação do fiscal Humberto Vello, entrou em férias. E foi o próprio Humberto Vello quem substituindo o engenheiro Renato Colnago, detectou o problema, após uma consulta ao Departamento de Estradas de Rodagem. Este órgão, por sua vez, conforme informação de uma fonte a ele ligada, não quer se envolver no problema. Assim, os estudos realizados para os reparos na ponte antiga estão sendo mantidos longe da imprensa e da própria comissão de investigação.

O diretor do órgão, Cephaz Siqueira, depois de procurado na segunda-feira, esquivou-se de falar à imprensa, alegando uma viagem realizada ontem. E seus assessores nem querem ouvir falar na ponte de Camburi, explicando que o problema está em evidência e, por essa razão, não podem falar. A CEI havia anunciado que solicitaria técnicos do DER e DNER para periciar o local. Mais tarde mudaria de idéia, explicando que os documentos seriam enviados para os dois órgãos para um parecer final quando a fase de inquirição dos supostos envolvidos com a modificação do local da ponte terminasse.

Até ontem, não havia ainda uma definição sobre novos nomes a serem inquiridos, mas os comentários davam conta de que o engenheiro calculista Mauro Vieira seria também convidado a depor, para explicar os cálculos efetuados por solicitação do fiscal Humberto Vello e o engenheiro Renato Colnago. Este último, para explicar o seu pensamento sobre as obras da ponte, pois, trabalhando como fiscal, não chegou a detectar os problemas descobertos, mais tarde, durante as suas férias, pelo seu companheiro Humberto Vello, que também ontem esteve no local, acompanhado dos membros da CEI, torcendo-lhes mais explicações técnicas.

GAZ, 15 Abr/87